

Bonaire Participações S.A.

CNPJ/MF 02.117.801/0001-67 - EM LIQUIDAÇÃO

Relatório do Liquidante em 31 de dezembro de 2021 - 1 - Contexto operacional: A Bonaire Participações S.A. - Em Liquidação ("Bonaire" ou "Companhia") é uma sociedade por ações, de capital aberto, constituída em 29 de agosto de 1997, que tem por objeto a participação como acionista da Companhia Paulista de Força e Luz - CPFL, de forma direta ou indireta, bem como em empresas em que os acionistas diretos ou indiretos da CPFL venham a participar como quotista ou acionista. A sede da Companhia está localizada na Rua da Assembleia, nº 10, 37º andar, sala 3701 (parte), Centro, na Cidade e no Estado do Rio de Janeiro. A atividade preponderante da Companhia era a participação direta como acionista da holding CPFL Energia S.A. ("CPFL Energia"), que através de suas subsidiárias: (i) distribui energia elétrica para consumidores em suas áreas de concessão, (ii) gera energia elétrica e está desenvolvendo projetos de geração e (iii) comercializa energia elétrica e fornece serviços de valor agregado relacionados ao setor elétrico. Em Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 24 de novembro de 2017, foi deliberada a adesão à Oferta Pública de Aquisição de Ações Ordinárias de Emissão da CPFL Energia ("OPA"). Diante disso, em 30 de novembro de 2017 foi alienada a totalidade de ações da CPFL Energia detidas pela Companhia. Com a alienação acima mencionada, a Bonaire deixou de ter participação em outras sociedades, ficando a cargo de sua Administração analisar e decidir sobre sua continuidade. Desse modo, foi deliberado e aprovado em Assembleia Geral Extraordinária, ocorrida em 27 de dezembro de 2018, a dissolução da Companhia e início do processo de liquidação, nos termos do artigo 206, I, c, da Lei nº 6.404/76. No mesmo ato, foi deliberado por unanimidade a dissolução do Conselho de Administração e a instalação do Conselho Fiscal que permanecerá em funcionamento durante todo o período de liquidação. Foi deliberado ainda, a nomeação de Carlos Eduardo Reich de Sampaio como liquidante da Companhia. Em Assembleia Geral Ordinária de Extraordinária realizada em 29 de maio de 2020, foi aprovada a destituição do liquidante Carlos Eduardo Reich de Sampaio e a nomeação da empresa Eximia Capital Partners como novo liquidante da Companhia. A Companhia é parte envolvida em processos de natureza tributária e possui créditos fiscais em processo de restituição na Receita Federal do Brasil, consequentemente, a sua extinção está condicionada à conclusão de tais processos, não sendo possível mensurar a data de encerramento do período de Liquidação da Companhia. **2 - Aspectos econômicos e financeiros:** No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia adotou o novo pronunciamento técnico CPC Liquidação - Entidades em liquidação, aprovado pela Resolução CVM nº 28, onde estabelece critérios e procedimentos contábeis específicos para entidade em liquidação, no que tange ao reconhecimento e mensuração dos ativos e passivos e divulgação e apresentação das demonstrações financeiras exigidas por esse pronunciamento. Em virtude da adoção do supracitado CPC, alguns demonstrativos contábeis (Balanco Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e Demonstração dos Fluxos de Caixa) foram excluídos das demonstrações financeiras. A fim de facilitar do acompanhamento anual da Administração da Companhia, sem prejuízo aos requerimentos emanados pelo pronunciamento técnico e resolução CVM descritos acima, optamos por apresentá-los no relatório do Liquidante, conforme abaixo:

a) Balanco Patrimonial		
	2021	2020
Ativo Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	4.963	5.244
Total do circulante	4.963	5.244
Não circulante		
Tributos a recuperar	27.118	36.736
Tributos diferidos	5.827	-
Depósitos judiciais	697	671
Total do não circulante	33.642	37.407
TOTAL DO ATIVO	38.605	42.651
Passivo Circulante		
Tributos e contribuições sociais	53	61
Contas a pagar	52	42
Total do circulante	105	103
Não circulante		
Provisão para contingências	7.063	-
Total do não circulante	7.063	-
Patrimônio líquido		
Capital social	42.745	42.745
Reserva de capital	9.287	9.287
Reservas de lucros	3.155	14.266
Partilha antecipada de ativos	(23.750)	(23.750)
Total do patrimônio líquido	31.437	42.548
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	38.605	42.651

DEMONSTRAÇÃO DOS ATIVOS LÍQUIDOS						
Em 31 de dezembro de 2021 (valores expressos em milhares de reais)						
	Sal- DAL de Ajustes	dos de Abertura Não Caixa		DAL		
	11/12/	31/12/	para DAL	31/12/	31/12/	
	Notas	2020	2021	Abertura	2021	
Ativos						
Caixa e equivalentes de caixa	(4)	5.244	4.963	-	4.963	
Tributos a recuperar	(5.1)	36.736	37.192	(10.074)	27.118	
Tributos diferidos	(5.2)	-	-	5.827	5.827	
Depósitos judiciais		671	697	-	697	
Total dos ativos		42.651	42.852	(4.247)	38.605	
Passivos						
Tributos e contribuições sociais	(6)	61	53	-	53	
Contas a pagar		42	52	-	52	
Provisão para contingências		-	-	7.063	7.063	
Total dos passivos	(7)	103	105	7.063	7.168	
Ativos líquidos		42.548	42.747	(11.310)	31.437	

Notas Explicativas As Demonstrações Financeiras Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma). 1 **Contexto Operacional:** A Bonaire Participações S.A. - Em Liquidação ("Bonaire" ou "Companhia") é uma sociedade por ações, de capital aberto, constituída em 29 de agosto de 1997, que tem por objeto a participação como acionista da Companhia Paulista de Força e Luz - CPFL, de forma direta ou indireta, bem como em empresas em que os acionistas diretos ou indiretos da CPFL venham a participar como cotista ou acionista. A sede da Companhia está localizada na Rua da Assembleia, nº 10, 37º andar, sala 3701 (parte), Centro, na Cidade e no Estado do Rio de Janeiro. A atividade preponderante da Companhia era a participação direta como acionista da holding CPFL Energia S.A. ("CPFL Energia"), que através de suas subsidiárias: (i) distribui energia elétrica para consumidores em suas áreas de concessão, (ii) gera energia elétrica e está desenvolvendo projetos de geração e (iii) comercializa energia elétrica e fornece serviços de valor agregado relacionados ao setor elétrico. Em Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 24 de novembro de 2017 foi deliberada a adesão à Oferta Pública de Aquisição de Ações Ordinárias de Emissão da CPFL Energia ("OPA"). Diante disso, em 30 de novembro de 2017 foi alienada a totalidade de ações da CPFL Energia detidas pela Companhia. **Dissolução da Companhia - Plano de Liquidação:** Com a alienação dos investimentos acima mencionada, a Bonaire deixou de ter participação em outras sociedades, ficando a cargo de sua Administração analisar e decidir sobre sua continuidade. Desse modo, foi deliberado e aprovado em Assembleia Geral Extraordinária, ocorrida em 27 de dezembro de 2018, a dissolução da Companhia e início do processo de liquidação, nos termos do artigo 206, I, c, da Lei nº 6.404/76. No mesmo ato, foi deliberado por unanimidade a dissolução do Conselho de Administração e a instalação do Conselho Fiscal que permanecerá em funcionamento durante todo o período de liquidação. Foi deliberado ainda, a nomeação de Carlos Eduardo Reich de Sampaio como liquidante da Companhia. Em Assembleia Geral Ordinária de Extraordinária realizada em 29 de maio de 2020, foi aprovada a destituição do liquidante Carlos Eduardo Reich de Sampaio e a nomeação da empresa Eximia Capital Partners como novo liquidante da Companhia. A Companhia é parte envolvida em processos de natureza tributária e possui créditos fiscais em processo de restituição na Receita Federal do Brasil, consequentemente, a sua extinção está condicionada à conclusão de tais processos, não sendo possível mensurar a data de encerramento do período de Liquidação da Companhia. **2 Apresentação das Demonstrações Financeiras:** 2.1 **Base de apresentação** - As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com o CPC para Entidades em Liquidação aplicável a empresas em liquidação, aprovada pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). A preparação de demonstrações financeiras em conformidade com o CPC Entidades em Liquidação, devem ser distintas das companhias em continuidade, pois possuem características e necessidades especiais para a elaboração das demonstrações financeiras. As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o valor de liquidação, os ativos estão mensurados pelos valores esperados de realização e os passivos estão mensurados pelos valores formal e legalmente devidos. Com parecer favorável do Conselho Fiscal, a emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pelo Liquidante da Companhia em 28 de março de 2022. **2.2 Base de mensuração** - Considerando que as demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da não continuidade das operações, quando aplicável, os ativos foram ajustados a seus valores recuperáveis, assim como, foram reconhecidos todos os passivos de obrigações contratuais gerados pelo encerramento das operações. De acordo com o CPC para entidades em Liquidação que entrou em vigor em 2021, a entidade em liquidação deve reconhecer como passivo todos os custos e despesas, líquidas de eventuais receitas, que espera incorrer até o final de sua Liquidação, desde que haja base razoável para essa estimativa. Em função, do prazo indeterminado para encerramento do período de Liquidação da Companhia, conforme demonstrado na nota explicativa nº 1, não é possível projetar as receitas e despesas até o momento de sua extinção. Ainda em virtude da adoção do novo CPC para Entidade em Liquidação, que determina o reconhecimento de provisões para contingências quando a probabilidade de saída de ativos para sua liquidação seja considerada ainda como possível pelos advogados, a Companhia reconheceu provisão para perda de créditos fiscais (conforme descrito na nota explicativa nº 5.1) e provisão para contingência (conforme descrito na nota explicativa nº 7). **2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação** - Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a Companhia atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. **2.4 Uso de estimativas e julgamentos** - A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Companhia faça julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem a mensuração de instrumentos financeiros, provisão para perdas em ativos, avaliações de riscos em contingências, provisões para imposto de renda e contribuição social e outras avaliações similares. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. Desta forma, a Companhia revisa as estimativas e as premissas adotadas de maneira contínua. Os ajustes oriundos no momento destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e são aplicados de maneira prospectiva. **2.5 Demonstração do valor adicionado** - A Companhia elaborou as demonstrações do valor adicionado ("DVA") nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são

b) Demonstração do Resultado do Exercício

	2021	2020
Despesas administrativas	(800)	(698)
Provisão para contingências	(17.137)	91
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos	(17.937)	(607)
Receita financeira	1.039	1.032
Despesa financeira	-	(2)
Resultado financeiro líquido	1.039	1.030
Resultado antes dos impostos	(16.898)	423
Imposto de renda e contribuição social - Corrente	(40)	(56)
Imposto de renda e contribuição social - Diferido	5.827	-
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO	(11.111)	367
Lucro líquido (prejuízo) básico por ação (em R\$):	(0,16651)	0,00550
Lucro líquido (prejuízo) diluído por ação (em R\$):	(0,16651)	0,00550

O resultado da Companhia é composto, basicamente, pelo rendimento de aplicações financeiras e atualização de juros SELIC sobre o saldo de impostos a recuperar, deduzido das despesas necessárias ao processo de liquidação, tais como gastos com assessores, advogados e demais serviços prestados por terceiros. A variação expressiva do resultado do exercício corrente, quando comparado ao apurado no exercício de 2020, é decorrente da provisão para contingências fiscais, no montante de R\$ 17.137, reconhecida em virtude da adoção do novo CPC para Entidade em Liquidação, que determina o reconhecimento de provisões para contingências quando a probabilidade de saída de ativos para sua liquidação seja considerada ainda como possível pelos advogados. Sobre essa provisão, foram reconhecidos tributos diferidos no montante de R\$ 5.827. Ainda de acordo com o CPC para Entidades em Liquidação que entrou em vigor em 2021, a entidade em liquidação deve reconhecer como passivo todos os custos e despesas, líquidas de eventuais receitas, que espera incorrer até o final de sua liquidação, desde que haja base razoável para essa estimativa. Em função da existência de processos judiciais de natureza tributária, bem como créditos fiscais pendentes de análise da Receita Federal do Brasil, conforme citado no contexto operacional, não é possível determinar nessa data o prazo de encerramento do período de Liquidação da Companhia, o que inviabiliza a mensuração da totalidade de suas receitas e despesas até o momento de sua extinção. A Companhia não auferiu outros resultados abrangentes nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

c) Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido

	Reserva de Lucros					Patri- mônio líquido
	Ca- Re- Re- (-) social capi- serve- lu- Lucros Patri- tal de- serva- vos an- Lucros mônio social- cial legal lizar- pa- ada de acumu- lados líquido					
Saldos em 31 de dezembro de 2019	42.745	9.287	8.550	5.349	(2.250)	-
Partilha antecipada de ativos	-	-	-	-	(21.500)	(21.500)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	367
Retenção de lucros	-	-	-	367	-	(367)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	42.745	9.287	8.550	5.716	(23.750)	-
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(11.111)	(11.111)
Reservas	-	-	(5.395)	(5.716)	-	11.111
Saldos em 31 de dezembro de 2021	42.745	9.287	3.155	-	(23.750)	-

- Capital Social - Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o capital social da Companhia de R\$ 42.745 e está representado por 66.728.878 ações ordinárias escriturais sem valor nominal. A participação acionária é assim distribuída:

Acionistas	Qtde ações ON Participações %
Fundação CESP	29.618.532 44,39
Fundação SISTEL de Seguridade Social	21.508.131 32,23
Fundação PETROBRAS de Seguridade Social - PETROS	15.198.071 22,78
Fundação SABESP de Seguridade Social - SABESPREV	404.144 0,60
	66.728.878 100%

- Distribuição de Resultados - Com a deliberação pela dissolução da Companhia, aprovada na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, de 27 de dezembro de 2018, deixou-se de constituir os dividendos mínimos obrigatórios. - Reserva de Lucros: Reserva Legal - A reserva legal é constituída em conformidade com

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DOS ATIVOS LÍQUIDOS

Em 31 de dezembro de 2021 (valores expressos em milhares de reais)			
	Nota	DAL	Abertura
Venda de Ativos e Serviços			
Ajuste Valor de Liquidação			
Caixa e equivalentes de caixa	(5.1)	(10.074)	-
Tributos a recuperar	(5.2)	5.827	-
Depósitos judiciais		-	-
Ajuste Passivos Líquidos			
Tributos e contribuições sociais		-	-
Contas a pagar		-	-
Ajuste Provisões			
Fiscais	(5.1 e 7)	(7.063)	-
Gastos do Período			
Perda Financeira			
Variações Passivos Líquidos			
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.			

apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **2.6 Demonstração dos ativos líquidos e demonstração da mutação dos ativos líquidos** - A Companhia elaborou as demonstrações dos ativos líquidos e demonstração da mutação dos ativos líquidos nos termos do pronunciamento técnico CPC para Entidades em Liquidação, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **2.7 Efeitos COVID 19** - Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou o surto de Coronavírus (COVID-19) como uma pandemia e desde então vem reforçando a necessidade da adoção de medidas restritivas como um dos pilares de combate à pandemia, principalmente no que diz respeito ao distanciamento social. No Brasil, assim como em outros países do mundo, a pandemia provocou o fechamento de empresas em todos os segmentos, afetou os processos de produção, interrompendo as cadeias de suprimentos e também grande redução do consumo, resultando em um impacto econômico significativo. Por tratar-se de uma Companhia em Liquidação, que não possui atividades operacionais, a Bonaire não está exposta aos riscos econômicos relativos à pandemia e, portanto, não houve nenhum impacto nessas demonstrações financeiras. **3 Sumário das Principais Políticas Contábeis:** As principais políticas contábeis utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras individuais estão descritas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente em todos os exercícios apresentados. **3.1 Instrumentos financeiros - Ativos financeiros:** Os ativos financeiros da Companhia são reconhecidos inicialmente na data da negociação em que a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. O desreconhecimento de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos respectivos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Os ativos financeiros da Companhia possuem pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço contábil e a base fiscal são ativos passivos. **3.2 Instrumentos financeiros - Passivos financeiros:** Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia não possui passivos financeiros relevantes. Os ativos e passivos financeiros somente são compensados e apresentados pelo valor líquido quando existe o direito legal de compensação dos valores e haja a intenção de liquidação em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **3.3 Caixa e equivalentes de caixa** - Caixa e equivalentes de caixa incluem depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo, com risco irrelevante de mudança de seu valor de mercado. As aplicações financeiras estão classificadas como ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e, portanto, estão registradas ao valor nominal, acrescidos dos rendimentos "pro- rata temporis" até a data do encerramento do exercício. **3.3.1 Impostos e contribuições a recuperar** - São demonstrados pelos valores originais, atualizados monetariamente de acordo com as disposições legais, e representam créditos fiscais associados às retenções de tributos federais. **3.4 Outros ativos circulantes e não circulantes** - São demonstrados pelos valores de custo e, quando aplicável, incluídos os rendimentos e reduzidos aos valores de realização. **3.5 Passivo circulante e não circulante** - São demonstrados pelos valores conhecidos e calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas. **3.6 Imposto de renda e contribuição social** - O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. Os tributos diferidos sobre o lucro são reconhecidos com base nas diferenças temporárias entre o valor contábil e a base fiscal sobre os ativos passivos, bem como dos prejuízos fiscais apurados. Os ativos diferidos são compensados quando existir um direito legal de exercício de compensar os ativos e passivos fiscais corrente. Os ativos fiscais diferidos decorrentes de prejuízos fiscais e diferenças temporárias não são reconhecidos quando não é provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis contra os quais as diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Os tributos correntes e diferidos são reconhecidos por meio do resultado, exceto quando estiverem relacionados a itens reconhecidos em outros resultados abrangentes ou diretamente no patrimônio líquido. Neste caso, o imposto também é reconhecido em outros resultados abrangentes ou diretamente no patrimônio líquido, respectivamente. **3.7 Provisões** - As provisões são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e (iii) o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, com o uso de uma taxa antes do imposto que reflete as avaliações atuais do mercado para o valor do dinheiro no tempo e para os riscos específicos da obrigação. A Companhia reconhece provisões para causas tributárias. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua aplicabilidade no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Em atendimento ao novo CPC para Entidades em Liquidação, a Companhia provisionou em contrapartida do resultado do

a Lei das Sociedades por Ações e o Estatuto Social na base de 5% do Lucro Líquido de cada exercício até atingir 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2021, parte do saldo da reserva legal foi revertida para absorção do prejuízo do exercício, deste modo seu saldo é de R\$ 3.155 (R\$ 8.550 em 31 de dezembro de 2020). Reserva de lucros a realizar - Foi constituída em função de lucros existentes economicamente, mas não disponíveis financeiramente. Durante a fase de liquidação da Companhia, essa reserva se destina a acumular todo o resultado apurado no referido período. Em 31 de dezembro de 2021, a totalidade do saldo da reserva de lucros a realizar foi revertida para absorção do prejuízo do exercício. - Partilha antecipada do ativo - Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 10 de maio de 2019, os acionistas, por unanimidade, aprovaram a partilha antecipada de parte do ativo remanescente da Companhia, no montante de R\$ 2.250. Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de junho de 2020, os acionistas, por unanimidade, aprovaram a partilha antecipada de parte do ativo remanescente da Companhia, no montante de R\$ 21.500. As partilhas antecipadas de ativos supracitadas ocorreram em decorrência do desenchimento, naquelas datas, da existência de débitos pendentes da Companhia, e considerando que os recursos financeiros disponíveis superam em muito as possíveis obrigações financeiras que a Companhia ainda possa ter até a finalização de seu processo de liquidação.

d) Demonstração do Fluxo de Caixa

	2021	2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro (prejuízo) antes dos tributos	(16.898)	423
Ajustes para:		
Juros, variações monetárias	(876)	(875)
Despesa com tributos	17.137	(91)
Provisão para contingências	(586)	(492)
Aumento (redução) de Ativos e Passivos	305	24.091
Restituição de crédito fiscal	275	24.168
Impostos retidos na fonte	44	2
Tributos pagos	(24)	(79)
Contas a pagar e outros	10	-
Fluxo de caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas das atividades operacionais	(281)	23.599
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Partilha antecipada de ativos aos acionistas	-	(21.500)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de financiamento	-	(21.500)
Aumento (redução) líquida em caixa e equivalente de caixa	(281)	2.099
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5.244	3.145
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	4.963	5.244

3 - Quadro geral dos credores: Em 31 de dezembro de 2021 a relação de credores da Companhia se dá conforme abaixo:

Quadro Geral de Credores em 31 de dezembro de 2021	Em Reais
Créditos fiscais	53.186
Créditos quirográficos	51.729
Total a pagar	104.915

CRÉDITOS FISCAIS			
Natureza do tributo	Competência	Vencimento	Valor a pagar (Em Reais)
IRRF a recolher	dez-21	19/01/2022	1.151
CSRF a recolher	dez-21	19/01/2022	3.570
PIS a recolher	dez-21	25/01/2022	1.142
COSIS a recolher	dez-21	25/01/2022	7.026
IRPJ a recolher	dez-21	31/01/2022	25.186
CSLL a recolher	dez-21	31/01/2022	15.111
Total a pagar			53.186

CRÉDITOS QUIROGRÁFICOS			
Fornecedores de serviços	Competência	Vencimento	Valor a pagar (Em Reais)
Veirano e Advogados Associados	dez-21	03/01/2022	9.385
NIC, BR Núcleo de Inf. e Coord. do Ponto BR	dez-21	07/01/2022	76
Serfrang Serviços de Franquia Ltda - AGF	dez-21	10/01/2022	35
Eximia Capital Partners Ltda	dez-21	11/01/2022	42.233
Total a pagar			51.729

4 - Auditores Independentes
Em atendimento à Instrução CVM nº 381/2003, informamos que os nossos auditores independentes, BDO RCS Auditores Independentes SS, não prestaram quaisquer outros serviços não relacionados à auditoria externa da Bonaire. Rio de Janeiro, 28 de março de 2022

Eximia Capital Partners - Liquidante nomeado da Companhia

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (valores expressos em milhares de reais)				
	2021	2020		
Insumos adquiridos de terceiros				
Materiais, serviços de terceiros e outros	(800)	(698)		
Valor adicionado bruto	(800)	(698)		
Valor adicionado líquido produzido pela companhia	(800)	(698)		
Valor adicionado recebido em transferência	(16.047)	1.172		
Receitas financeiras	1.0			

CONTINUAÇÃO

Bonaire Participações S.A.

CNPJ/MF 02.117.801/0001-67 - EM LIQUIDAÇÃO

de realização estimados. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando à liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, seja em derivativos, seja em outro ativo de risco. **e) Ativos financeiros** - Referem-se à caixa e equivalentes de caixa. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os valores estimados de mercado dos instrumentos financeiros podem ser assim demonstrados:

Natureza	Categoria	2021		2020	
		Valor contábil (*)	Valor de mercado	Valor contábil	Valor de mercado
Caixa e equivalentes de caixa	Mensura-amortizado	1	4.963	4.963	5.244

Quanto à valorização dos Instrumentos Financeiros, o CPC 40 (R1) requer a classificação em uma hierarquia de três níveis para mensurações a valor justo dos instrumentos financeiros, baseada em informações observáveis e não observáveis referentes à valorização de um instrumento financeiro na data de mensuração. Os três níveis de hierarquia de valor justo são: (i) Nível 1: Preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos; (ii) Nível 2: Informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços) e, (iii) Nível 3: Instrumentos cujos fatores relevantes não são dados observáveis de mercado. **f) Risco de crédito** - A contratação e o controle de operações financeiras são efetuados através de critérios gerenciais periodicamente revisados que consideram requisitos de solidez financeira, confiabilidade e perfil de mercado da entidade com a qual são realizadas. Este risco é avaliado como baixo, tendo em vista a natureza das operações da Companhia. **g) Risco de taxa de juros** - O resultado financeiro da Companhia está suscetível

Parcer do Conselho Fiscal: Ante a ausência de resposta da CVM sobre os questionamentos formulados pela Companhia e seu auditor sobre a aplicabilidade do novo CPC de Liquidação e a necessidade de obediência aos prazos regulamentares de divulgação das Demonstrações Financeiras do exercício de 2021, os membros do Conselho Fiscal da Bonaire Participações S.A. – Em Liquidação no desempenho de suas atribuições legais e estatutárias, examinaram as Demonstrações Financeiras compostas, nos termos do novo CPC de Liquidação, das seguintes peças contábeis: Demonstração dos Ativos Líquidos e Demonstração das Mutações dos Ativos Líquidos; as respectivas Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras; e, o Relatório do Liquidante, o qual inclui o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Exercício, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e a Demonstração dos Fluxos de Caixa, todos relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021. Prestados os esclarecimentos necessários pelo Liquidante da Companhia, bem como realizados os exames efetuados, e, ainda, considerando o relatório sem ressalvas emitido pelos auditores independentes BDO RCS Auditores Independentes SS, o Conselho Fiscal, por unanimidade de seus membros, concluíram que os documentos acima mencionados refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Bonaire Participações S.A. – Em Liquidação e, assim, **opinam favoravelmente** ao encaminhamento de tais documentos para deliberação da Assembleia Geral de Acionistas. Rio de Janeiro, 28 de março de 2021. Aloísio Macário Ferreira de Souza; Douglas José Nero; Ivan Mendes do Carmo.

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras: Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da Bonaire Participações S.A. (Em liquidação). Rio de Janeiro – RJ. **Opinião sobre as demonstrações financeiras:** Examinamos as demonstrações financeiras da Bonaire Participações S.A. – Em Liquidação (“Companhia”), que compreendem as demonstrações do ativo líquido de abertura em 31 de dezembro de 2021, e as mutações dos ativos líquidos para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Bonaire Participações S.A. - Em Liquidação, em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a Entidades em liquidação. **Base para opinião sobre as demonstrações financeiras:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase: Descontinuidade operacional e dissolução da Companhia - Conforme mencionado em Nota Explicativa nº 1 e 2.2 às demonstrações financeiras, a Administração da Companhia decidiu pelo processo de liquidação e encerramento de suas operações, nos termos do artigo 206, I, C, da Lei nº 6.404/76, aprovada por unanimidade em Assembleia Geral Extraordinária (AGE), ocorrida em 27 de dezembro de 2018. A Companhia é parte envolvida em processos de natureza tributária e possui créditos fiscais a serem restituídos pela Receita Federal do Brasil (RFB) mencionado na Nota Explicativa nº 5.1. Consequentemente, a sua extinção está condicionada à conclusão de tais processos. Nossa opinião não está sendo ressalvada em função desse assunto. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Além dos assuntos descritos na seção “Descontinuidade operacional e dissolução da Companhia” determinamos que os assuntos descritos abaixo são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório. **Realização dos impostos a recuperar – Imposto de Renda e Contribuição Social:** Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 5.1 às demonstrações financeiras, a Companhia possui tributos compensáveis que são compostos, principalmente, por Imposto de Renda Retido na Fonte incidente sobre aplicações financeiras e antecipações de Imposto de Renda e Contribuição Social nos montantes de R\$ 32.511 mil e R\$ 4.680 mil, respectivamente. A Companhia envia regularmente à Receita Federal do Brasil (RFB) requerimentos via Pedido Eletrônico de Restituição, Ressarcimento ou Reembolso e Declaração de Compensação (PER/DCOMP), solicitando as restituições dos créditos de Imposto de Renda e de Contribuição Social pagos a maior e não utilizados para a compensação dos tributos correntes. Em 31 de dezembro de 2021, o montante pleiteado corresponde a R\$ 37.124 mil. Por ser o maior ativo da Companhia, bem como pelo julgamento da Administração acerca da realização desses créditos, consideramos este item como um principal assunto de auditoria.

Resposta da auditoria sobre o assunto: Avaliamos o desenho, implementação e efetividade operacional dos controles internos chave relacionados a esses créditos tributários. Nossos procedimentos de auditoria incluíram, testes sobre o confronto entre obrigação acessória que formaliza o crédito para autoridade tributária e o controle gerencial que suporta o número contábil, realizamos a atualização monetária do respectivo ativo com a taxa Selic. Também avaliamos se as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Com base nos resultados dos procedimentos executados e nas evidências obtidas, consideramos que a recuperação e divulgação dos referidos créditos tributários são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Adoção inicial do CPC Liquidação – Entidades em liquidação** - Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 3.8 às demonstrações financeiras, a Companhia adotou o referido pronunciamento técnico, aprovado pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e pela Resolução CVM nº 28, onde estabelece critérios e procedimentos contábeis específicos para entidade em liquidação, no que tange ao reconhecimento e mensuração dos ativos e passivos e divulgação e apresentação das demonstrações financeiras exigidas por esse pronunciamento. Devido a relevância do assunto, no que tange a forma de reconhecimento e mensuração dos ativos e passivos no pressuposto da liquidação, dos critérios de divulgação exigidos, principalmente no que diz respeito ao plano de liquidação e seu atual estágio, e na forma de apresentação das demonstrações financeiras exigidas, consideramos este item como um principal assunto de auditoria. **Resposta da auditoria sobre o assunto** - Avaliamos o desenho, implementação e efetividade operacional dos controles internos chave relacionados a adoção do referido pronunciamento. Nossos procedimentos de auditoria incluíram, testes sobre a adequação do critério de reconhecimento e mensuração dos ativos e passivos, revisão da preparação das demonstrações financeiras exigidas. Também avaliamos se as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a entidades em liquidação. Com base nos resultados dos procedimentos executados e nas evidências obtidas, consideramos que os critérios e procedimentos contábeis específicos para entidades em liquidação, descritos no pronunciamento técnico CPC Liquidação – Entidades em liquidação e na resolução CVM nº 28, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Outros assuntos: Demonstrações do Valor Adicionado (DVA)** - As Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de de-

a variações decorrentes das operações com aplicações financeiras indexadas ao CDI. Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em resultado financeiro menor por conta de flutuações nas taxas de juros, que reduzem as receitas financeiras relativas a estas aplicações. **h) Risco de taxa de câmbio** - A Companhia não está suscetível a este risco, uma vez que não possui operações atreladas a moeda estrangeira. **i) Análise de sensibilidade** - Em consonância com a Instrução CVM nº 475/08, a Companhia realiza análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros

Instrumentos	Exposição (R\$ mil)
Instrumentos financeiros ativos	4.963
Total de variação da receita financeira	

(*) Para a análise de sensibilidade do cenário 1 foi considerado o CDI de 11,79% conforme informações disponibilizadas pelo mercado e comparadas com o CDI acumulado dos últimos 12 meses. (**) Conforme requerimento da Instrução CVM nº 475/08, os percentuais de redução dos índices foram aplicados sobre os índices do cenário 1. **9 Partes Relacionadas e Remuneração dos Administradores:** Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Companhia não tem quaisquer saldos e/ou transações inseridas ou não inseridas no seu contexto operacional com partes relacionadas, bem como não possui quaisquer depen-

Bonaire Participações S.A. – Em Liquidação. Declaração do Liquidante sobre as Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021: Rio de Janeiro, 28 de março de 2022. Pela presente, em atenção ao disposto no art. 25, inciso V da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, declaro que, na qualidade de Liquidante da Bonaire Participações S.A. – Em Liquidação (“Companhia”), revisei, discuti e concordo com as informações contidas nas demonstrações financeiras da Companhia, referentes aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020. Atenciosamente, Eximia Capital Partners Liquidante nomeado da Companhia.

Bonaire Participações S.A. – Em Liquidação. Declaração do Liquidante sobre o Relatório dos Auditores Independentes para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021: Rio de Janeiro, 28 de março de 2022. Pela presente, em atenção ao disposto no art. 25, inciso V da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, declaro que, na qualidade de Liquidante da Bonaire Participações S.A. – Em Liquidação (“Companhia”), revisei, discuti e concordo com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes BDO RCS Auditores Independentes SS, relativo às demonstrações financeiras da Companhia, referentes aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020. Atenciosamente, Eximia Capital Partners Liquidante nomeado da Companhia.

zembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC nº 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente preparadas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** O Liquidante da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório do Liquidante. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório do Liquidante e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório do Liquidante e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório do liquidante somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** O Liquidante é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a Entidades em liquidação (CPC-Liquidação) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, o Liquidante da Companhia levou em consideração a decisão da Assembleia Geral Extraordinária (AGE) de 27 de dezembro de 2018, que determina a liquidação da Companhia e, dessa forma, proceder aos registros contábeis aplicáveis às circunstâncias. O Liquidante da Companhia é aquele com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: •Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; •Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia; •Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pelo Liquidante; •Concluimos sobre a adequação do uso, pelo Liquidante, da base contábil de liquidação da Companhia e, com base na decisão dos acionistas em AGE de 27 de dezembro de 2018; •Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada; Comunicamo-nos com o Liquidante a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também, aos responsáveis pela governança, declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com o Liquidante, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente, e que, dessa maneira constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. Rio de Janeiro, 28 de março de 2022.

BDO BDO RCS
Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 013846/F

Cristiano Mendes de Oliveira
Contador CRC 1 RJ078157/0-2

estão expostos, basicamente representados por variação da taxa de juros, conforme demonstrado: Supondo: (i) que o cenário de exposição dos instrumentos financeiros indexados a taxas de juros variáveis em 31 de dezembro de 2021 seja mantido, e (ii) que o CDI anual acumulado nos últimos 12 meses, para esta data base, permaneça estável (CDI: 4,39% a.a.), os efeitos que seriam registrados nas demonstrações financeiras para os próximos 12 meses seria uma receita financeira de R\$ 218. Caso ocorram oscilações no CDI de acordo com os três cenários definidos, o valor da receita financeira líquida seria impactado em:

Risco	Cenário 1 (*)	Redução do índice em 25% (**)	Redução do índice em 50% (**)
baixa do CDI	367	221	75
	367	221	75

dências econômicas, financeiras ou tecnológicas com fornecedores, clientes ou financiadores com os quais a Companhia mantém uma relação comercial. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 a Companhia não realizou qualquer pagamento ao pessoal-chave da Administração, assim como não há remuneração baseada em ações da própria Companhia ou incentivos de longo prazo.

Eximia Capital Partners – Liquidante nomeado da Companhia
Flávio Freitas Thomaz Pereira – Contador CRC RJ 081603/O-0



Esta publicação foi feita de forma 100% digital pelo Monitor Mercantil em seu site. A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link <https://publicidadelegal.monitormercantil.com.br>